

Cientistas afirmam que política de alto-mar apresenta oportunidade histórica para adaptação às mudanças climáticas

Em um novo artigo, cientistas detalham como o novo Tratado do Alto-mar pode ajudar a proteger espécies marinhas nas águas aquecidas de um oceano em transformação

Arlington, Virgínia, EUA (12 de junho de 2024) — Já no ano que vem, as vastas águas oceânicas internacionais podem ter pela primeira vez regras para a proteção abrangente da biodiversidade se o tão esperado Tratado do Alto-mar da Organização das Nações Unidas (ONU) obtiver as 60 ratificações nacionais necessárias para entrar em vigor. [As nações se reúnem no final deste mês](#) para determinar as instituições e os processos necessários para implementar o Tratado, e os cientistas enfatizam em um [novo artigo publicado hoje na Nature](#) a importância de contabilizar os desafios específicos impostos pela crise climática.

O alto-mar (todas as águas internacionais e o fundo do mar fora da jurisdição de qualquer país) é uma área ainda não totalmente conhecida pela ciência. Ela compreende dois terços dos oceanos do mundo e é um dos maiores reservatórios de biodiversidade da Terra, fornecendo rotas migratórias para espécies como baleias, tubarões e atum, e abrigando ecossistemas únicos em águas profundas. Contudo, [apenas 1%](#) dessas águas está totalmente protegida. A necessidade de proteções em todo o alto-mar é essencial para cumprir as metas globais de sustentabilidade, como a [Estrutura Global de Biodiversidade da Convenção sobre Diversidade Biológica](#) e suas metas, inclusive a proteção de pelo menos 30% do oceano até 2030 (30x30).

O novo artigo — [“To save the high seas, plan for climate change”](#) (Para salvar o alto-mar, planeje-se para as mudanças climáticas, em tradução livre) — descreve por que e como o Tratado do Alto-mar sobre biodiversidade além da jurisdição nacional (BBNJ) tem a oportunidade única de considerar as mudanças marinhas causadas pelo clima em sua estrutura de implementação. À medida que os governos nacionais se preparam para o início da vigência do Tratado, os cientistas argumentam que questões críticas devem ser consideradas quanto à melhor forma de definir e implementar as Áreas Marinhas Protegidas (AMP) em alto-mar, particularmente para espécies migratórias cujos habitat e padrões de migração estão mudando devido ao aquecimento das águas e alterações nas correntes oceânicas e em teias alimentares.

“Proteger a biodiversidade do alto-mar diante das mudanças climáticas é um jogo de xadrez contínuo”, comentou o Dr. [Lee Hannah](#), cientista sênior de biologia das mudanças climáticas do Moore Center for Science da Conservation International e autor principal do artigo. “Tudo, de baleias a peixes, está se movendo para acompanhar o aquecimento das águas. Essa turbulência oceânica, que se deve em grande parte às mudanças climáticas, pode ser abordada pelo Tratado do Alto-mar, e por isso é tão importante ratificá-lo rapidamente.”

O artigo apresenta três etapas cruciais que o Tratado do Alto-mar deve seguir para abordar efetivamente os impactos das mudanças climáticas nas espécies:

- colaborar com o manejo da pesca e outras organizações de alto-mar para conservar espécies em movimento;
- coordenar planos estratégicos para redes de conservação em alto-mar e jurisdições nacionais; e
- compartilhar e construir capacidade científica em todas as jurisdições para modelar a dinâmica do ecossistema oceânico e os movimentos das espécies em resposta às mudanças climáticas.

Os autores sugerem que cada uma das três etapas ajudará a responder a perguntas essenciais sobre como demarcar as AMP para espécies que podem em breve sair de suas faixas atuais, inclusive aquelas que migram longas distâncias pelo oceano.

“Precisamos pensar simultaneamente em duas linhas do tempo: como as espécies em alto-mar vivem agora e como podem viver daqui a algumas décadas com o aprofundamento das mudanças climáticas. E o fato de nenhum país ser responsável direto pelo alto-mar aumenta a complexidade, pois esse deve ser um esforço em grupo e global. Por isso, é importante começar a planejar agora, para que tenhamos um roteiro sólido no momento em que o Tratado entrar em vigor e estiver pronto para ser implementado”, afirmou Hannah.

Atualmente, sete países ratificaram o Tratado do Alto-mar, e 90 países o assinaram, em uma sinalização de que pretendem ratificá-lo. A High Seas Alliance está fazendo uma campanha para que a terceira Conferência sobre o Oceano da ONU, a ser realizada em junho de 2025, garanta pelo menos 60 ratificações do Tratado.

“Nosso sucesso em responder às crises climáticas e de biodiversidade também depende de como podemos nos adaptar a um ambiente em constante transformação”, explicou Rebecca Hubbard, diretora da High Seas Alliance. “Os governos se reúnem este mês para decidir os processos de implementação do Tratado, uma importante oportunidade para considerarmos respostas eficazes para a proteção marinha e nos anteciparmos aos impactos das mudanças climáticas em mais de dois terços dos oceanos do mundo.”

O artigo teve a coautoria de cientistas de diversas organizações integrantes da High Seas Alliance, inclusive a Conservation International, a BirdLife International e a Oceans North. Outros autores também contribuíram para o artigo, representando a Blue Nature Alliance, a Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, a Fisheries and Oceans Canada, a Universidade de Dalhousie, a Environment and Climate Change Canada, a Agência Federal para a Conservação da Natureza da Alemanha e a Agência para a Gestão Marinha e das Águas da Suécia.

Além de Hannah, também foi coautor do artigo [Isaac Brito-Morales](#), cientista pesquisador da Conservation International.

No momento de sua publicação, o Tratado do Alto-mar foi ratificado por Belize, Chile, Ilhas Maurício, Micronésia, Mônaco, Palau e Seychelles.

###